

# PROJETO DE PRESERVAÇÃO DOS LIVROS DE ATAS DO CONSUNI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

## CONSUNI MINUTES PRESERVATION PROJECT: AN EXPERIENCE REPORT

Ana Carolina Miotti<sup>1</sup>

Alessandro Ossola Ribeiro<sup>2</sup>

### RESUMO

A lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação assim como a lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991, a Lei de Arquivos e, sobretudo, a constituição de 1988, visam a garantir aos cidadãos o direito à informação no âmbito do Poder Executivo Federal. Neste rol inclui-se a Universidade Federal do Rio de Janeiro como entidade custodiadora de documentos e informação para atender a sociedade. Criado pela portaria 2.726 de 29 de março de 2016, o Sistema de Arquivos - SIARQ foi instituído a fim de implantar diretrizes para a política arquivística, estabelecendo padrões para procedimentos afins além de disseminar o patrimônio documental da instituição. Nesta abordagem ressalta-se o papel da Seção de Arquivo Permanente, responsável pela preservação dos conjuntos documentais de guarda permanente da universidade, isto é, os arquivos históricos. Dentre esses conjuntos destacam-se os livros de atas do Conselho Universitário (CONSUNI). Apesar de sua grande relevância, notou-se que estas informações não poderiam ser acessadas devido às condições dos documentos conforme constatado após análise técnica. Para manter a integridade física e o acesso dos mesmos, foi elaborado um projeto de preservação. Tal projeto engloba 17 livros produzidos entre 1920 e 1967, cujos documentos são de valor informativo inestimável para a história institucional. O desenvolvimento deste ratifica o trabalho do arquivo em prol da memória, sendo de suma importância não somente para o SIARQ, mas também para a UFRJ, de modo a integrar as comemorações do centenário da instituição em 2020.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atas do Consuni, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Preservação, Digitalização, Acesso à Informação.

### ABSTRACT

Law 12,527 of November 18, 2011, better known as the Access to Information Law as well as law 8,159 of January 8, 1991, the File Law and, above all, the constitution of 1988, aim to guarantee citizens the right to information within the federal executive branch. This list includes the Federal University of Rio de Janeiro as a custodian of documents and information to serve society. Created by Ordinance 2,726 of March 29, 2016, the File System - SIARQ was established in order to implement guidelines for archival policy, establishing standards for related procedures in addition to disseminating the institution's documentary assets. This approach highlights the role of the Permanent Archive Section, responsible for the preservation of the university's permanent custody document sets, that is, historical archives. Among these sets stand out the books of minutes of the University Council (CONSUNI). Despite its great relevance, it was noted that this information could not be accessed due to the conditions of the documents as verified after technical analysis. To maintain their physical integrity and access, a preservation project was elaborated. This project comprises 17 books produced between 1920 and 1967, whose documents are invaluable to institutional history. The development of this ratifies the work of the archive in favor of memory, being of paramount importance not only for SIARQ, but also for UFRJ, in order to integrate the celebrations of the centenary of the institution in 2020.

**KEYWORDS:** Minutes of consuni, Federal University of Rio de Janeiro, Preservation, Scanning, Access to information

---

<sup>1</sup> Historiadora e arquivista. Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Graduado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

## 1. INTRODUÇÃO

A Administração Pública Federal, no âmbito de suas competências e atividades cotidianas assim como na execução de seus procedimentos, tem como uma de suas premissas garantir o direito fundamental de acesso à informação. De acordo com o artigo XXXIII da Constituição Federal de 1988 diz-se que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular ou coletivo, em observância ao grau de sigilo, o que é ratificado pela lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991, Lei de Arquivos, como também pela lei 12.527 de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação. (MIOTTI, 2019; MELLO, 2018)

Sendo órgão do Poder Executivo, a Universidade Federal do Rio de Janeiro possui vasta produção documental a considerar pela sua extensão, incluindo setores administrativos assim como faculdades e institutos. Tais documentos são resultantes de suas atividades, sejam administrativas ou acadêmicas, todavia servindo à administração ou destinando-se à guarda permanente com fins de prova e informação. (MIOTTI, 2019)

Neste prisma, destaca-se o Arquivo Central, que é o órgão de coordenação do Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criado pela portaria 2.726 de 29 de março de 2016, sendo responsável pelo desenvolvimento da gestão, preservação, acesso e divulgação do acervo arquivístico da universidade, cujo objetivo principal é implantar a política de arquivos na instituição.

Integrando a estrutura do Arquivo Central, a Divisão de Preservação Documental (DIPD) tem como atribuições preservar e dar acesso ao patrimônio documental arquivístico de valor permanente, além da análise e o tratamento documental. Os arquivos permanentes, também conhecidos como arquivos históricos, devem ser definitivamente preservados em virtude de seu valor histórico, probatório e informativo, conforme expresso no parágrafo 3º do artigo 8º da Lei de Arquivos.

Desta forma, destaca-se aqui o projeto assumido pela DIPD referente aos livros de atas do Conselho Universitário (CONSUNI), que possuem valor informativo inestimável para a história institucional da Universidade, cujas reuniões envolvem decisões de teor acadêmico, administrativo e disciplinar. O projeto engloba 17 livros produzidos entre 1920 e 1967 desde a criação como Universidade do Rio de Janeiro, a transformação em Universidade do Brasil até a denominação atual, isto é, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência com o projeto de preservação e acesso aos livros de atas do CONSUNI, sob responsabilidade da DIPD, buscando levar ao alcance de pesquisadores, estudantes, outras instituições e à comunidade em geral, informações relativas a deliberações, resoluções e planejamentos da universidade do referido período, que permaneceram registradas nestas atas.

## 2. PRESERVAÇÃO

A preservação é um conjunto de ações que visam manter a integridade do item de uma coleção. É uma preocupação rotineira que o bibliotecário/gestor da coleção deve ter com seu acervo, principalmente quando este é raro e constitui patrimônio histórico/cultural de uma sociedade. Entende-se por Patrimônio Cultural, como algo formado não apenas pelos grandes monumentos ou edifícios, mas por tudo que representa a identidade, a cultura, a memória de um povo, diz Ribeiro (2009). Como dito no Decreto-Lei nº 25 de 1937:

Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O primeiro passo a se dar para preservar seu acervo de diversos fatores de risco é conhecer o que aborda a Preservação de Acervos Culturais, que tem por objetivo “[...] promover a permanência, por um período de tempo cada vez mais longo, e se possível indeterminado, do patrimônio cultural” (GUIMARÃES, 2012, p.73).

A preservação também é conhecida por “guarda-chuva”, pois consiste de três partes fundamentais, como: conservação preventiva – procedimentos que tem por objetivo conservar a integridade dos acervos, “[...] são ações para adequar o meio ambiente, os modos de acondicionamento e de acesso, visando prevenir e retardar a degradação” (SPINELLI, 2011, p. 4); conservação reparadora – visando o melhor estado físico da obra há uma intervenção na estrutura dos materiais que os compõem; e restauração – caracterizada por dar um tratamento mais invasivo a obras danificadas.

## 3. O PROJETO (RELATO DE EXPERIÊNCIA)

Após uma primeira e superficial análise técnica foi notado que grande parte das Atas não estão em condições físicas de ser acessada, seja por necessitarem de higienização e medidas de conservação reparadora, seja por questões relativas à aplicação de políticas de conservação preventiva. Nesta análise foram encontrados alguns problemas como: encadernações soltas e deterioradas; páginas ácidas e com marcas – possivelmente causadas por insetos e roedores; presença de *foxing* em praticamente todos os itens (manchas, tipo sardas, de cor castanha no papel); e que, alguns livros apresentam marcas de líquidos e resquícios de tinta e cimento, além de rabiscos à caneta e etiquetas impróprias para o uso em papéis.

Vale ressaltar que todos os pontos relatados acima representam danos à preservação dos documentos. Portanto, neste projeto buscamos garantir a integridade física dos mesmos e, conseqüentemente, a permanência das informações registradas nestes livros.

#### 4. METODOLOGIA

O projeto das Atas foi dividido em duas fases. A primeira relacionada ao documento físico. O acervo foi recolhido para o Arquivo Central. Foi realizado um segundo diagnóstico situacional dos livros de atas, enfocando os problemas de conservação do acervo e propondo as intervenções necessárias. O diagnóstico é uma ferramenta analítica importante, pois é através dele que conseguimos informações para uma determinada avaliação. Antes do início do trabalho direto no documento, foi criada uma ficha de diagnóstico de conservação (Figura 1) que atendesse as necessidades do mesmo.

Os técnicos passaram por um treinamento e realizaram ações de higienização e conservação reparadora, eliminando as sujidades encontradas no documento (Figura 2). Todo o trabalho foi realizado com os devidos equipamentos de proteção individual (EPIs) e a limpeza dos livros se deu em uma máquina própria para higienização.

Figura 1: Ficha de diagnóstico de conservação.

The figure shows three pages of a diagnostic conservation form. The first page, titled 'FICHA DE DIAGNÓSTICO DE CONSERVAÇÃO', includes fields for identification (number, name, author, title, year, pages), material specification (e.g., paper, parchment, leather), and support type (e.g., paper, parchment). The second page, 'ESTADO GERAL DE CONSERVAÇÃO', assesses the general condition of the book, including the cover, spine, and binding. The third page, 'PRINCIPAIS DETERIORAÇÕES DE PROCESSOS E/OU DOCUMENTOS PLANOS', details specific types of damage and provides a section for technical treatment and observations.

Fonte: Autores (2019).

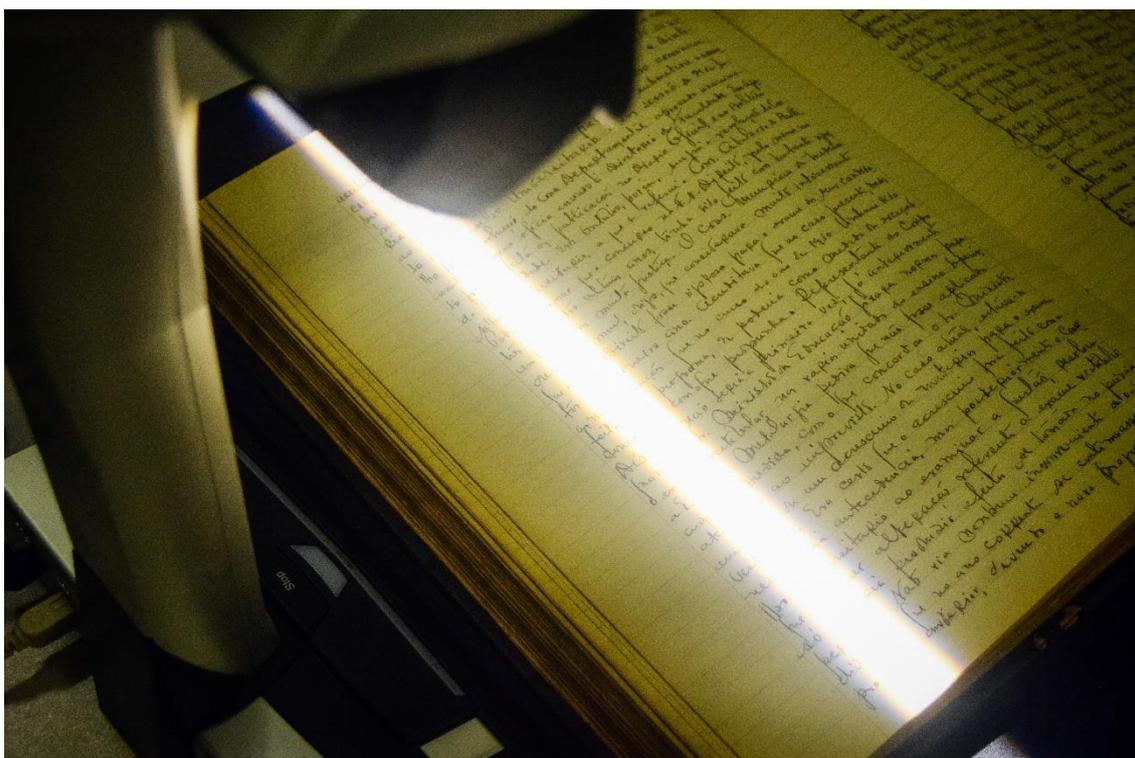
Figura 2: Higienização do acervo.



Fonte: Fotografia Alessandro Ossola (2019).

A segunda fase contou com três ações. A primeira ação focou na digitalização dos documentos. Para este trabalho, foi decidido pela equipe utilizar um equipamento que não ferisse a integridade física dos documentos. Para isto, foi adquirido um scanner de mesa chamado ScanSnap SV600 da Fujitsu (Figura 3). Na segunda fase, as imagens foram tratadas, organizadas e armazenadas em ambiente digital.

Figura 3: Digitalização do acervo



Fonte: Fotografia Alessandro Ossola (2019).

## 5. DESCRIÇÃO E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO

Eis a terceira ação da segunda fase do projeto que envolve a análise e disponibilização da informação. Esta fase está subdividida em duas etapas: análise e descrição das informações utilizando a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e inserção das informações e das imagens digitais na base de dados Mnemosine, repositório arquivístico da Universidade Federal do Rio de Janeiro para acesso da comunidade acadêmica e dos cidadãos em geral.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.67) define-se descrição como o “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração dos instrumentos de pesquisa”. Ademais, Bellotto (2006) aponta que a descrição é tarefa típica dos acervos de guarda permanente, abrindo-se uma potencialidade informacional que sobrepõe a razão pela qual o documento foi inicialmente gerado.

O instrumento imprescindível para tal procedimento é Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) que, segundo a resolução nº 28, de 17 de fevereiro de 2009 do

Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, estabelece diretrizes para a descrição de documentos arquivísticos no Brasil, compatíveis com as normas internacionais, visando à padronização de procedimentos em sistemas de arquivos e/ou em entidades custodiadoras e a facilitação do acesso e do intercâmbio de informações em âmbito nacional e internacional.

Para fundamentar esse processo tão caro aos arquivos permanentes, o trabalho foi iniciado com a leitura de artigos concernentes ao órgão em questão, a fim de compreender sua funcionalidade e estrutura no organograma da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Deste modo, foi necessária a leitura de material específico referente à legislação assim como consultas ao próprio sítio do CONSUNI. Dentre o material mencionado, destacam-se aqui o decreto-lei nº 19.852, de 11 de abril de 1931 que institui a Universidade do Rio de Janeiro; a lei nº 452 de 05 de julho de 1937, que organiza a Universidade do Brasil, além dos regimentos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Conselho Universitário.

A partir das referidas leituras, procedeu-se ao levantamento da produção documental, isto é, os livros de atas e também à identificação do órgão produtor – neste caso, o Conselho Universitário. Ressalta-se que essas atividades permitiram compreender as funcionalidades e a estrutura do órgão assim como obter informações pertinentes à documentação. Desta maneira, compôs-se a história administrativa do órgão.

Para compreender a origem desses documentos até o recolhimento pela Divisão de Preservação Documental, fez-se uma parceria com a Secretaria de Órgãos Colegiados (SOC). A equipe da DIPD procedeu à análise, sendo indicada para a realização do projeto. Além disto, realizou-se uma entrevista com o servidor da SOC a fim de levantar a história arquivística desses documentos.

Vale ressaltar que os arquivistas da DIPD constataram que, sob o ponto de vista arquivístico, os livros de atas compõem uma série documental, visto que são parte integrante do fundo Conselho Universitário (CONSUNI), cuja entidade custodiadora é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A análise e levantamento das informações contidas nos documentos tiveram início no primeiro semestre de 2019. As atividades vêm sendo desenvolvidas da seguinte maneira: as atas são analisadas, destacando acontecimentos marcantes de cada reunião. Optou-se por fazer um levantamento criterioso dos fatos, selecionando-os conforme sua relevância de acordo com cada livro de atas, já que as imagens estarão acessíveis através da base MneMOSINE.

Reitera-se que o projeto engloba 17 livros produzidos entre 1920 e 1967. Sabendo que o Conselho Universitário exerce função no plano administrativo, patrimonial, financeiro,

acadêmico e disciplinar, vale lembrar que surgem assuntos de natureza frequente no âmbito universitário.

Além disso, é importante frisar que grande parte destes livros foi produzida durante o período em que o Rio de Janeiro era o distrito federal e capital da República e, por essa razão, notam-se fatos importantes relativos à conjuntura social, política e econômica e cultural da época em que ocorreram os registros.

Dentre as pautas importantes encontradas nas atas, podem-se citar alguns exemplos conforme a relação de assuntos identificados abaixo:

- Discussão e aprovação do projeto de regulamento da Universidade do Rio de Janeiro. Presidida por Benjamin Franklin Ramiz Galvão, presidente do Conselho Superior de Ensino e Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, contando com a participação das congregações da Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito (Livro 1, sessão de 11 de outubro de 1920);
- Convite para Albert Einstein fazer conferência na Universidade do Rio de Janeiro (Livro 2, vol.2, sessão de 14 de fevereiro de 1925);
- Criação do selo universitário, emblema da Universidade do Rio de Janeiro. Apresentação de projetos de Raul Pederneiras, professor da Faculdade de Direito. Elege-se a figura de Minerva em um trono, tendo na parte inferior um friso com a perspectiva da Baía do Rio de Janeiro (Livro 2, vol.2, sessão de 15 de setembro de 1925)
- Agradecimento do Reitor à Escola Politécnica pelo acolhimento a Mme. Marie Curie e Paul Hazard (Livro 2, sessão de 28 de agosto de 1926);
- Exposição de motivos de Lúcio Costa, diretor da Escola Nacional de Belas Artes, sobre sua retirada e acusações contra a Congregação. Abertura de inquérito. (Livro 3, sessão de 10 de setembro de 1931);
- Convite a Gustavo Capanema para visitar o Conselho Universitário (Livro 3, sessão de 29 de janeiro de 1935);
- Exposição sucinta sobre a evolução dos trabalhos relativos à Cidade Universitária da Universidade do Brasil: Comissão do Plano da U.B. manifestou-se preferencialmente por terrenos próximos à Quinta da Boa Vista, devendo haver cessão de grande parte para a construção do Estádio Nacional e da Escola Nacional de Educação Física. Manifestação dos conselheiros por terrenos em localidades como Vila Valqueire, Quinta da Boa Vista e Praia Vermelha. (Livro 4, sessão de 17 de outubro de 1941);

- Manifestação do Conselho em solidariedade ao presidente Getúlio Vargas (Livro 4, ata de 13 de janeiro de 1942);
- Voto de congratulações aos professores da Faculdade Nacional de Medicina Alfredo Monteiro e Antonio Caio do Amaral pelo regresso ao Brasil após serviços prestados à Força Expedicionária Brasileira (FEB) estendendo-se aos docentes-livres e estudantes que fizeram parte do corpo expedicionário (Livro 5, sessão de 13 de julho de 1945);
- Criação do colégio universitário sob orientação da Faculdade Nacional de Filosofia (Livro 6, ata de 14 de julho de 1948)

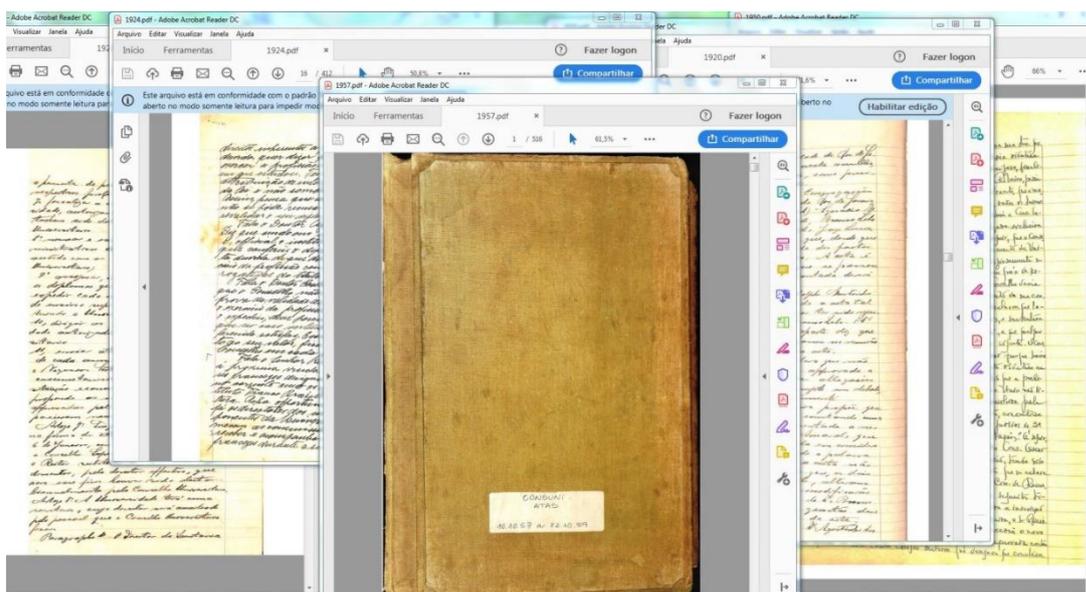
Ratifica-se que a consulta poderá ser realizada através da base Mnemosine, que disporá das informações assim como das imagens destes documentos, permitindo acessos simultâneos. Deste modo, tal ação manterá a integridade do documento original, preservando-o para a posteridade.

## 6. RESULTADOS PARCIAIS

O projeto contou com 02 meses para finalização da primeira fase e 07 meses para término das duas primeiras ações da segunda fase, a contar da data de sua aprovação. As mesmas concluídas com êxito e resultaram em alguns produtos, como: Diagnóstico do estado de conservação dos livros físicos e Imagens digitais dos livros (Figura 4). Os livros, após a digitalização, foram acondicionados em invólucros de papel neutro e colocados em estantes de aço (Figura 5). O acondicionamento adequado é importante para evitar danos futuros. Tivemos a preocupação de seguir procedimentos adequados para manuseio, retirada e transporte durante o projeto, assim como seu acondicionamento.

Durante todo o processo de trabalho e preenchimento da ficha de conservação, foram observados alguns pontos de degradação nos livros, como: encadernações abrasonadas e arranhadas, adesivos colados, rastros de insetos, manchas, descoloração, respingos de tintas; Encadernações e páginas soltas, rasgos, *foxing*.

Figura 4: Atas digitalizadas e em formato pdf.



Fonte: Autores (2019).

Figura 5: Livros de Atas após todo o processo de higienização e digitalização.



Fonte: Fotografia Alessandro Ossola (2019).

Todavia, a segunda fase está em andamento. O trabalho foi interrompido durante a análise do sétimo livro, cujo processo de descrição já havia se iniciado. Por motivos de força maior, isto é, o estado de calamidade causado pela pandemia de Covid-19, a terceira ação que tinha previsão de término em agosto de 2020 teve que ser adiada para o próximo ano.

De qualquer maneira, uma prévia do trabalho foi apresentada na modalidade comunicação oral intitulada “Livros de atas do CONSUNI: projeto de preservação da memória institucional da UFRJ” durante a sétima edição do Seminário de Integração dos Técnico-Administrativos em Educação, realizado em 2019, assim como no Festival de Conhecimento da UFRJ, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão – PR-5, na modalidade papo virtual sob o título “O Arquivo Central nos 100 anos da UFRJ: o projeto das atas do Conselho Universitário”, realizado no mês de julho do ano corrente.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Conselho Universitário é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. Dada sua atribuição, é incontestável afirmar a importância da sua documentação – a enfatizar, neste relato, os livros de atas contemplados pelo projeto cujas condições se encontravam desfavoráveis para o acesso.

Preservar os documentos originais significa fazer um percurso pela história da universidade, não somente salvaguardando a memória institucional, mas também compreendendo uma parte da história do Brasil a partir dos registros das sessões do Conselho Universitário, tendo em vista o contexto de sua produção e a conjuntura do período a que se refere.

A realização deste projeto ratifica o papel imprescindível do Arquivo Central/Sistema de Arquivos através da Divisão de Preservação Documental, cujo trabalho assegura a prerrogativa dos arquivos permanentes em prol da memória, preservação e disseminação das informações para os cidadãos em geral, além de integrar as comemorações pelo centenário da primeira universidade brasileira.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: Tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Acesso em 16 nov. 2019

\_\_\_\_\_. CONARQ - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: [http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes\\_textos/nobrade.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf). Acesso em 13 fev. 2020

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: [s. n.], 2011. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm#](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm#). Acesso em: 07 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm). Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Acesso em 09 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: [s. n.], 1937. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>. Acesso em: 22 set. 2013.

GUIMARÃES, Lygia. Preservação de acervos culturais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012.

MELLO, Silvia Lhamas de (Coord.). **Projeto de preservação e acesso dos livros de atas do CONSUNI**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

MIOTTI, Ana Carolina. O arquivo como protagonista da história: descobrindo a Escola Nacional de Minas e Metalurgia da Universidade do Brasil. **Revista Scientiarum Historia**, v.1, p.9, 12.dez.2019.

RIBEIRO, Rosina Trevisan M. Memória, preservação e restauração do patrimônio arquitetônico. In: QUEIROS, A. C. de B.; OLIVEIRA, A. J. B. de. **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Fórum de Ciência e Cultura; Sistema de Bibliotecas e Informação, 2009. (Memória, documentação e pesquisa, 2).

RIBEIRO, Alessandro de Oliveira Ossola. **Diagnóstico de preservação da Biblioteca de obras raras da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBAOR)**: um estudo baseado nos 10 agentes de deterioração da Fundação Biblioteca Nacional. 2014. 70 f. Trabalho de conclusão de curso. UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

SPINELLI, Jayme et. al. **Manual técnico de preservação e conservação**: documento extrajudiciais CNJ. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: <http://folivm.files.wordpress.com/2011/04/manual-an-bn-cnj-2011-c3baltima-verse3a3o-2pfolha.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Portaria nº 2.726, de 29 de março de 2016**. Cria o Sistema de Arquivos no âmbito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, UFRJ, 2016. Disponível em: < <http://siarq.ufrj.br/index.php/politicas-do-siarq/portarias>>. Acesso em: 07 jul. 2020.